



Número: **0803041-54.2019.8.20.5106**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM**

Órgão julgador: **6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró**

Última distribuição : **08/03/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JORGE EDUARDO DAS NEVES (AUTOR)		DARWIN WAMBERTO BARBOSA SALES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
39727582	25/02/2019 09:15	<a href="#">Procuração019</a>	Procuração
39727592	25/02/2019 09:15	<a href="#">Docs Pessoais</a>	Outros documentos
39727600	25/02/2019 09:15	<a href="#">BOe Docs Médicos</a>	Outros documentos
39727611	25/02/2019 09:15	<a href="#">Comprovante de negativa da Seguradora</a>	Requerimento Administrativo
39727615	25/02/2019 09:15	<a href="#">Declaração de Pobreza018</a>	Outros documentos
39727906	25/02/2019 10:01	<a href="#">Decisão</a>	Decisão
40360414	12/03/2019 10:25	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
40898066	20/03/2019 13:30	<a href="#">Intimação</a>	Intimação

**PROCURAÇÃO**  
**"AD JUDICIA ET EXTRA"**

**OUTORGANTE:**

Jorge Eduardo dos Neres, brasileiro, solteiro,  
inscrito no CPF/MF 081.961.444-07, residente na  
Rua Doiro de Melo, nº 164, A. de São Manoel, Mossoró/RN

**OUTOGARDO:**

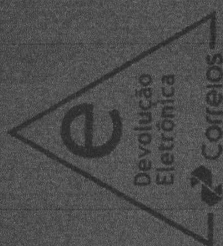
Pelo presente instrumento de procuração ao final assinada, nomeia e constitui seus bastantes procuradores os senhores doutores **MARCELO VITOR JALES RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados Brasil, Seccional do Rio Grande do Norte, sob o n. 9.732 e **JERONIMO AZEVEDO BOLÃO NETO**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados Brasil, Seccional do Rio Grande do Norte, sob o n. 12.096, com endereço profissional na Avenida Alberto Maranhão, n. 2.377, Sala 102, 1º andar, Condomínio Empresarial Marli Rebouças, Bairro Centro – Mossoró/RN, a quem confere amplos e ilimitados poderes, para o foro em geral, com as cláusulas *ad judicium Et Extra*, a fim de que possa defender os interesses e direito do outorgante perante qualquer Juízo, instância ou Tribunal, repartição pública, autarquia ou paraestatal, propondo ação competente em que o outorgado seja autor ou reclamante ou defendendo quando for réu interessado ou requerido, podendo reclamar, conciliar, desistir, transigir, fazer acordo, recorrer, receber e dar quitação, confessar, requerer, inventário, ou arrolamento, firmar compromisso, prestar declarações, receber citação, igualmente para o fim do disposto nos artigos 447 e 448, do Código de Processo Civil, bem como substabelecer o presente, com ou sem reserva de poderes, se assim lhe convier, e praticando todos os atos necessários para o bom e fiel desempenho deste mandato, dando tudo por bom, firme e valioso, sempre no interesse do outorgante.

Mossoró/RN, 01 de Dezembro de 2015.

Jorge Eduardo dos Neres

**OUTORGANTE**

Q-96240438



SQ: 424.046.168

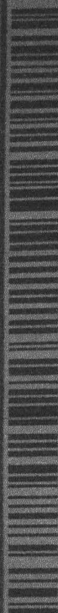
01/12/2015

025777

DESTINATÁRIO



CTC SANTO ANDRE SPM PL55  
JORGE EDUARDO DAS NEVES  
R DOIS DE MAIO 164  
AT DE SAO MANOE - MOSSORO  
59631-200 RN



721109423090204000002577730011215

DETRAN - RN

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**MINISTÉRIO DAS CIDADES**

DETRAN - RN Nº 011810767797  
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

VIA	COD. RENAVAM	ENTR	EXERCÍCIO
2	0025170888	*****	2015

NOME  
JORGE EDUARDO DAS NEVES

CPF/CNPJ  
081.961.544-07

PLACA  
NNZ3117

CHASSI  
8C23C4210AR120532

PLACA ANT/UF  
NNZ3117/RN

ESPECIE TIPO  
PASSAGEIRO/MOTONETA/NAO APLICAVEL

COMBUSTIVEL  
GASOLINA

MARCA/MODELO  
HONDA/BIZ 125 KS

ANO FAB.  
2010

ANO MOD.  
2010

CAP/POT/CIL.  
OCV/124 CILINDRADAS

CATEGORIA  
PARTICULAR

COR PREDOMINANTE  
PRETA

COTA UNICA  
R\$ 0.00

VENC. COTA UNICA  
08/06/2015

VENC./COTAS  
1º PAGO

FAIXA I.P.V.A.  
002005 3X

PARCELAMENTO/COTAS  
R\$ \*\*\*\*\*

2º PAGO

3º PAGO

PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$)  
\*\*\* TAXAS DETRAN: PAGO

OF (R\$)  
\*\*\*

PRÊMIO TOTAL (R\$)  
\*\*\* DPVAT: PAGO

DATA DE PAGAMENTO  
18/11/2015

OBSERVAÇÕES  
MOTOR: JC4ZE1A120532

DETRAN - RN

MOSSORO/RN

18/11/2015



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTERIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

INTERPRINT LTDA

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

1169068120

NOME  
JORGE EDUARDO DAS NEVES

DOC. IDENTIDADE / ORIG. EMISSOR UF  
002693313 ITEP RN

CPF  
081.961.444-07

DATA NASCIMENTO  
28/02/1992

FILIAÇÃO  
JAIME CICERO DAS NEVES  
MARIA SALETE DE SOUZA

PERMISSÃO  
PERMISSÃO

ACC  
AB

CAT. HAB.  
AB

Nº REGISTRO  
06494768362

VALIDADE  
28/10/2016

1ª HABILITAÇÃO  
29/10/2015

OBSERVAÇÕES  
LICENCIAMENTO REMUNERADA:

Jorge Eduardo das Neves

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL  
MOSSORO, RN

DATA EMISSÃO  
29/10/2015

67948011362  
RN702195488

ASSINATURA DO EMISSOR

DETRAN RN (RIO GRANDE DO NORTE)

DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO





Secretaria de Estado da Saúde Pública 04.12.11  
HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO DE VASCONCELOS MAIA  
PRONTO SOCORRO VINGT-ROSA DO NETO

2.541-532

### PRONTUÁRIO DE ATENDIMENTO

Nome: Jorge Eduardo das Neves D. N. 28/02/1992 Idade: 23  
Profissão:  Cartão SUS n°   
Endereço: Rua: Dr. de Maio, 164 Bairro: A. São Manoel  
Cidade: Mossoró U.F. RN Fone:   
Filiação: Mãe: Maria Salete de Souza Pai: Jaime Lírio das Neves

Data: 04/12/2015

Hora: 18:12h

A.C.C.R.: VERDE

#### 1 - QUEIXA PRINCIPAL (Q.P.) - HISTÓRIA DA DOENÇA ATUAL (H.D.A.)

Paciente vítima de moto lá aproximadamente 12 horas, não procurando o serviço de imediato. Vem hoje querendo-se de dor em punho direito com dificuldade para mobilizar. Postura copete e não desmarcou, negando náuseas, vômitos. Negando alergias medicamentosas.


HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO  
ESTÁ CONFORME O ORIGINAL  
SAME MOSSORÓ  
SAME / ARQUIVO

#### 2 - EXAME FÍSICO

- A - Vias aéreas permeáveis, S/COLON CERVICAL
- B - M<sup>+</sup>, C/ RUIDOS ADVENTÍCIOS
- C - Sem sinais de instabilidade hemodinâmica
- D - Glasgow 15
- E - Eructações múltiplas
- Edema extensor em punho E

#### 3 - HIPÓTESE(S) DIAGNÓSTICA(S)

Trauma em punho esquerdo

	<p>ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL POLÍCIA MILITAR COMANDO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA ESTADUAL 2º DISTRITO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA ESTADUAL SETOR DE TRÁFEGO</p>	<p>VISTO 05 JAN 2016</p> <p>Júlio César de Oliveira Soares 1º Ten QOPM Mat. 194.177-1 - RG: 16178</p>

**DECLARAÇÃO Nº. 01.043-2016**

- 1) **REFERÊNCIA:** Presença física de JORGE EDUARDO DAS NEVES (Declarante).  
LOCAL DO SINISTRO: Rua Dois de Maio, (próximo ao Queiroz) Bairro: Alto de São Manoel, Mossoró/RN.  
DATA: 04/12/2015; HORA: 00h00min.
- 2) **VÍTIMA:**  
CONDUTOR: JORGE EDUARDO DAS NEVES; CPF: 081.961.444-07 RG: 2693313.
- 3) **CARACTERÍSTICAS DO VEÍCULO (V-1):**  
MARCA: HONDA MODELO: BIZ 125 KS PLACA: NNZ3117 ANO: 2010 COR: PRETA  
CHASSI: 9C2JC4210AR120532 PROPRIETÁRIO: JORGE EDUARDO DAS NEVES.
- 4) **AGENTE RESPONSÁVEL:**  
1º Tenente PM, RG:16.178, JULIO CESAR DE OLIVEIRA SOARES, Matrícula: 194.177-1.

Declaro para os devidos fins que se fizerem necessários que o senhor JORGE EDUARDO DAS NEVES acima qualificado no dia 04/01/2016 às 09h00min compareceu a sede do 2ºDPRE onde o mesmo alega que no dia 04/12/2015 aproximadamente 00h00min vinha no citado veículo no endereço acima mencionado quando um animal tipo cachorro passou na via, o mesmo não tendo como desviar colidiu com o animal caindo ao solo, com o impacto sofreu varias lesões e foi ao hospital a posterior com fortes dores.  
Obs.: As informações do documento têm como base a declaração da vítima (declarante), e o prontuário de atendimento hospitalar número 2.541.532 emitido pelo HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO DE VASCONCELOS MAIA.

Informamos que:

- a) Que o referido documento não substitui o Boletim de Ocorrência de Trânsito;  
b) A confecção deste documento atende a previsão do direito a petição do art.5, inciso XXXIV, alínea "a", da constituição Federal. Os agentes de trânsito não estavam no momento da ocorrência;  
c) Este documento apenas narra os fatos trazidos pelo declarante;  
d) As informações contidas na narrativa do declarante são de sua inteira responsabilidade, sob pena de responder pelos crimes dos Artigos 299 (Falsidade Ideológica) e 342 (Falso testemunho). Fazer afirmação falsa, ou negar, ou calar a verdade como testemunha, perito, contador, tradutor ou interpretar em processo judicial, ou administrativo, inquérito policial, ou em juízo arbitral do Código Penal Brasileiro.

Mossoró/RN 04 de janeiro de 2015

  
JORGE EDUARDO DAS NEVES (declarante)

1º Ten PM Júlio César - Chefe do Setor de Tráfego/2º DPRE





( / )



Buscar no site

A  
COMPANHIASEGURO  
DPVATPONTOS DE ATENDIMENTO (/Pontos-de-  
Atendimento)CENTRO DE DADOS E  
ESTATÍSTICASSALA DE  
IMPrensaTRABALHE  
CONOSCO

CONTATO

Seguro DPVAT

## Acompanhe o Processo de Indenização

Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados da data de entrega da documentação completa.

## SINISTRO 3160069422 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA JORGE EDUARDO DAS NEVES

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO ARUANA SEGURADORA S/A




BENEFICIÁRIO JORGE EDUARDO DAS NEVES

CPF/CNPJ: 08196144407

Posição em 11-02-2019 08:19:00

Seu processo foi analisado por nossa equipe técnica e, como identificamos a existência de irregularidades, o seu pedido de indenização foi indeferido.

## Histórico das correspondências enviadas

Data da Carta	Referência	Ver Carta
30/03/2016	Negativa Técnica - Irregularidade	 (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/CyDVKOcXv__00sWTYzKA;api_key=AQVWeOrO1x0pIMUmAhGNvGRbvGOx7SgWIC8ZCGCxZZ8=)
15/02/2016	Interrupção de Prazo	 (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/9xvi+1wiq5pHnmSJS4o8api_key=AQVWeOrO1x0pIMUmAhGNvGRbvGOx7SgWIC8ZCGCxZZ8=)
28/01/2016	Aviso de Sinistro	 (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/iGCCjiiAs2wUMQFOpaycapi_key=AQVWeOrO1x0pIMUmAhGNvGRbvGOx7SgWIC8ZCGCxZZ8=)

## Baixe o aplicativo do Seguro DPVAT



(https://itunes.apple.com/us/app/seguro-dpvat/id1375178092?l=pt&amp;ls=1&amp;mt=8)



(https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.seguradoralider.dpvat.plataformadigital)

## DECLARAÇÃO DE POBREZA

Sr(a) Josef Eduardo dos Neves,  
brasileiro(a), portador(a) do RG nº 002.693-313 e do CPF nº  
091.961.944-07, residente e domiciliado(a) na  
Rua Dom de Mota, nº 164, Alto de São Manoel,  
Minas 12N, **DECLARA** nos termos  
da Lei nº 1060/50, que é pobre na forma desta lei, não dispondo de meios  
que possibilitem a custear as despesas processuais na AÇÃO DE  
COBRANÇA, perante a Comarca de \_\_\_\_\_. Afirma ainda,  
ser sabedor(a) das sanções penais, caso a presente não retrate a verdade dos  
fatos. Nada mais digno de registro, assina o presente.

Minas /RN, 01/12/2015.

Josef Eduardo dos Neves  
DECLARANTE



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

COMARCA DE MOSSORÓ

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL

Alameda das Carinaubeiras, 355, 3º andar, Costa e Silva - 59625-410 - Mossoró/RN - Fone: 84-3315-7181

0803041-54.2019.8.20.5106

### DECISÃO

Vistos etc.

Considerando o que estabelece o art. 2º, I, da Resolução nº 29/2017-TJ, de 09 de agosto de 2017, que dispõe sobre a alteração de competência da 6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró, bem como, a Resolução 26/2018-TJ, de 19.09.2018, que alterou a competência da 5ª Vara Cível, para, conjuntamente, processarem e julgarem os feitos relacionados ao Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT), remetam-se os presentes autos a uma das varas especializadas desta Comarca.

Publique-se. Intimem-se.

Mossoró/RN, 25 de fevereiro de 2019

Carla Virgínia Portela da Silva Araújo

Juíza de Direito



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró

Alameda das Carnaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ/RN - CEP: 59625-410

[Seguro obrigatório - DPVAT]

PROCESSO Nº 0803041-54.2019.8.20.5106

### DESPACHO

Considerando a presunção relativa de insuficiência financeira formulada pela pessoa natural (art. 99, § 3º, CPC/15), e tendo em vista que tal afirmação não é incompatível com os fatos narrados e provas produzidas nos autos, concedo à parte autora o benefício da gratuidade judiciária.

À luz do princípio da celeridade e economia processual, incumbindo-nos adotar providências para que o processo tramite com mais agilidade, evitando-se a realização de atos processuais inúteis e improdutivos, bem ainda consoante o que preconiza o Enunciado nº 35 da ENFAM, “além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139,VI do CPC/2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo”, determino a citação da parte ré, com as advertências legais, de todos os termos da inicial e documentos que ora a acompanham, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresente resposta, por meio de advogado, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aduzidos na inicial, devendo, acaso pretenda a realização de perícia técnica, apresentar quesitos, bem ainda indicar o assistente.

Apresentada tempestivamente contestação, intime-se a parte autora para, com relação a esta e no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de preclusão, dizer sobre as preliminares/documentos que eventualmente tenham sido levantadas/juntados à resposta, bem ainda, acaso requerida a realização de perícia, apresentar, caso ainda não o tenha feito, quesitos e assistente técnico.

Requerida a realização de perícia na contestação, dou por deferida (CPC, art. 381,II) a produção da referida prova, devendo os presentes autos serem encaminhados ao CEJUSC, através do fluxo “PJE CEJUSC DPVAT”, para os colimados fins.

Perfectibilizada a perícia, apresentado, na ocasião, o laudo pelo perito, devem ser, de pronto, intimadas as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, manifestarem-se sobre o laudo, sob pena de preclusão, bem ainda, querendo, apresentarem acordo a ser homologado por este juízo ou manifestarem, expressamente, desinteresse na conciliação.

Manifestando as partes interesse na autocomposição, designe-se audiência de conciliação.

Ao revés, manifestando quaisquer das partes expressamente desinteresse em conciliar devem os presentes serem remetidos à unidade jurisdicional de origem.

Havendo interesse de pessoa incapaz (CPC, art. 178, II), dê-vista ao Representante do Ministério Público, pelo prazo de 05 (cinco) dias.



Adotadas as supra-expostas providências, voltem-nos conclusos.

P. I. Cumpra-se.

Mossoró/RN, 11 de março de 2019.

DANIELA ROSADO DO AMARAL DUARTE

Juíza de Direito



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró

Alameda das Carnaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ/RN - CEP: 59625-410

[Seguro obrigatório - DPVAT]

PROCESSO Nº 0803041-54.2019.8.20.5106

### DESPACHO

Considerando a presunção relativa de insuficiência financeira formulada pela pessoa natural (art. 99, § 3º, CPC/15), e tendo em vista que tal afirmação não é incompatível com os fatos narrados e provas produzidas nos autos, concedo à parte autora o benefício da gratuidade judiciária.

À luz do princípio da celeridade e economia processual, incumbindo-nos adotar providências para que o processo tramite com mais agilidade, evitando-se a realização de atos processuais inúteis e improdutivos, bem ainda consoante o que preconiza o Enunciado nº 35 da ENFAM, “além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139,VI do CPC/2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo”, determino a citação da parte ré, com as advertências legais, de todos os termos da inicial e documentos que ora a acompanham, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresente resposta, por meio de advogado, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aduzidos na inicial, devendo, acaso pretenda a realização de perícia técnica, apresentar quesitos, bem ainda indicar o assistente.

Apresentada tempestivamente contestação, intime-se a parte autora para, com relação a esta e no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de preclusão, dizer sobre as preliminares/documentos que eventualmente tenham sido levantadas/juntados à resposta, bem ainda, acaso requerida a realização de perícia, apresentar, caso ainda não o tenha feito, quesitos e assistente técnico.

Requerida a realização de perícia na contestação, dou por deferida (CPC, art. 381,II) a produção da referida prova, devendo os presentes autos serem encaminhados ao CEJUSC, através do fluxo “PJE CEJUSC DPVAT”, para os colimados fins.

Perfectibilizada a perícia, apresentado, na ocasião, o laudo pelo perito, devem ser, de pronto, intimadas as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, manifestarem-se sobre o laudo, sob pena de preclusão, bem ainda, querendo, apresentarem acordo a ser homologado por este juízo ou manifestarem, expressamente, desinteresse na conciliação.

Manifestando as partes interesse na autocomposição, designe-se audiência de conciliação.

Ao revés, manifestando quaisquer das partes expressamente desinteresse em conciliar devem os presentes serem remetidos à unidade jurisdicional de origem.

Havendo interesse de pessoa incapaz (CPC, art. 178, II), dê-vista ao Representante do Ministério Público, pelo prazo de 05 (cinco) dias.

Adotadas as supra-expostas providências, voltem-nos conclusos.

P. I. Cumpra-se.

Mossoró/RN, 11 de março de 2019.

DANIELA ROSADO DO AMARAL DUARTE

Juíza de Direito